

**Alerta Legislação, nº 7, de 16 a 21 fevereiro de 2015**  
**Boletim semanal**

Secretaria de Governo do Estado de São Paulo • Biblioteca  
<http://www.casacivil.sp.gov.br/biblioteca-ccivil/home.asp>

**DESTAQUES**

**Governo Federal**

**MINISTÉRIO DA FAZENDA - SECRETARIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL (RFB)**

- **INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 1.548, DE 13 DE FEVEREIRO DE 2015**  
Dispõe sobre o Cadastro de Pessoas Físicas (CPF).

<b>LEGISLAÇÃO FEDERAL</b>	
<b>PUBLICAÇÃO DOU</b>	<b>SUPERIOR</b>
<b>16/02/2015 a 21/02/2015</b>	<i>Não houve</i>
<b>MINISTÉRIOS E OUTROS ÓRGÃOS DA UNIÃO</b>	<b>MARGINÁLIA FEDERAL</b>
<b>Presidência da República (PR)</b>	<p><b>SECRETARIA DE AVIAÇÃO CIVIL (SAC)</b> → Agência Nacional de Aviação Civil (ANAC) <b><u>PORTARIA Nº 418, DE 18 DE FEVEREIRO DE 2015</u></b> Aloca frequências mistas para os Estados Unidos da América.</p> <p><b><u>RESOLUÇÃO Nº 352, DE 10 DE FEVEREIRO DE 2015</u></b> Aprova o Programa de Segurança Operacional Específico da Agência Nacional de Aviação Civil (PSOE-ANAC).</p> <p><b>SECRETARIA DE PORTOS (SEP)</b> → Agência Nacional de Transportes Aquaviários (ANTAQ) <b><u>RESOLUÇÃO NORMATIVA Nº 2, DE 13 DE FEVEREIRO DE 2015</u></b> [...] <b>Art. 1º</b> Alterar a o Anexo da Resolução 3.274-ANTAQ, de 6 de fevereiro de 2014, que passa a vigorar com a seguinte redação: "Art. 1º Esta Norma se destina às administrações dos portos organizados, aos arrendatários de áreas e instalações portuárias, aos operadores portuários e aos autorizatários de instalações portuárias, e tem por objeto estabelecer obrigações para a prestação de serviço adequado, bem como definir as respectivas infrações administrativas,</p>

	<p>nos termos da <a href="#">Lei nº 10.233, de 5 de junho de 2001</a>, e da <a href="#">Lei nº 12.815, de 5 de junho de 2013</a>.</p> <p><b><u>RESOLUÇÃO NORMATIVA Nº 1, DE 13 DE FEVEREIRO DE 2015</u></b> [...]</p> <p><b>Art. 1º</b> Aprovar a Norma que estabelece os procedimentos e critérios para o afretamento de embarcação por empresa brasileira de navegação nas navegações de apoio portuário, apoio marítimo, cabotagem e longo curso, na forma do Anexo. [...]</p>
<p><b>Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação (MCTI)</b></p>	<p><b>COMISSÃO TÉCNICA NACIONAL DE BIOSSEGURANÇA (CTNBio)</b> <b><u>RESOLUÇÃO NORMATIVA Nº15, DE 13 DE FEVEREIRO DE 2015</u></b> Altera dispositivos da <a href="#">Resolução Normativa nº 5, de 12 de março de 2008</a>(*). (*). <i>Dispõe sobre normas para liberação comercial de <b>Organismos Geneticamente Modificados</b> e seus derivados.</i></p>
<p><b>Ministério da Educação (MEC)</b></p>	<p><b>EMPRESA BRASILEIRA DE SERVIÇOS HOSPITALARES (EBSERH)</b> <b><u>PORTARIA Nº 7, DE 13 DE FEVEREIRO DE 2015</u></b> Autoriza a descentralização de créditos orçamentários aos Hospitais Universitários Federais no âmbito do <b>Programa Nacional de Reestruturação dos Hospitais Universitários Federais - REHUF</b> de que trata o <a href="#">Decreto nº 7.082, de 27 de janeiro de 2010</a>.</p> <p><b>SECRETARIA DE REGULAÇÃO E SUPERVISÃO DA EDUCAÇÃO SUPERIOR (SERES)</b> <b><u>INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 1, DE 13 DE FEVEREIRO DE 2015</u></b> Estabelece os procedimentos para o cumprimento da Instrução Normativa nº 1, de 16 de maio de 2014(*), da Secretaria de Regulação e Supervisão da Educação Superior do Ministério da Educação. (*). <i>Instrução Normativa nº 1/2014 – Estabelece prazo para o cumprimento da Resolução nº 2, de 12 de fevereiro de 2014(**), da Câmara de Educação Superior do Conselho Nacional de Educação -CES/CNE.</i> (**). <i>Instrução Normativa nº 2/2014 – <b>Divulga o padrão decisório para análise dos pedidos de Reconhecimento de Curso de Educação Superior.</b></i></p>
<p><b>Ministério da Fazenda (MF)</b></p>	<p><b>CAIXA ECONÔMICA FEDERAL (CEF)</b> → Vice-Presidência de Fundos de Governo de Loterias <b><u>CIRCULAR Nº 672, DE 18 DE FEVEREIRO DE 2015</u></b> Divulga versão atualizada de manuais operacionais do Agente Operador do FGTS</p> <p><b>PROCURADORIA-GERAL DA FAZENDA NACIONAL (PGFN)</b> <b><u>PORTARIA CONJUNTA Nº 2, DE 13 DE FEVEREIRO DE 2015</u></b> Altera as Portarias Conjuntas PGFN/RFB nº 9, de 30 de outubro de 2009, nº 12, de 30 de junho de 2010, nº 2, de 3 de fevereiro de 2011, nº 7, de 15 de outubro de 2013, e nº 13, de 30 de julho de 2014, que dispõem sobre pagamento e parcelamento de débitos junto à Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional e à Secretaria da Receita Federal do Brasil [...]</p> <p><b><u>PORTARIA CONJUNTA Nº 1, DE 13 DE FEVEREIRO DE 2015</u></b> Altera a Portaria Conjunta PGFN/RFB nº 15, de 15 de dezembro de 2009, que dispõe sobre o parcelamento de débitos para com a Fazenda</p>

	<p>Nacional.</p> <p><b>SECRETARIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL (RFB)</b>  <b><u>INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 1.548, DE 13 DE FEVEREIRO DE 2015</u></b>  Dispõe sobre o Cadastro de Pessoas Físicas (CPF).</p> <p><b><u>INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 1.547, DE 13 DE FEVEREIRO DE 2015</u></b>  Dispõe sobre mecanismo de ajuste para fins de comprovação de preços de transferência na exportação, de forma a reduzir impactos relativos à apreciação da moeda nacional em relação a outras moedas, para o ano-calendário de 2014.</p>
<b>Ministério da Justiça (MJ)</b>	<p><b>COMISSÃO DE ANISTIA</b>  <b><u>PORTARIA Nº 4, DE 12 DE FEVEREIRO DE 2015</u></b>  Recadastramento e atualização da base de dados.</p>
<b>Ministério da Saúde (MS)</b>	<p><b>AGÊNCIA NACIONAL DE VIGILÂNCIA SANITÁRIA (ANVISA)</b>  <b><u>RESOLUÇÃO - RDC Nº 8, DE 13 DE FEVEREIRO DE 2015</u></b>  Dispõe sobre a atualização do Anexo I, Listas de Substâncias Entorpecentes, Psicotrópicas, Precursoras e Outras sob Controle Especial, da Portaria SVS/MS nº 344, de 12 de maio de 1998 e dá outras providências.</p> <p>→ <b>Superintendência de Fiscalização, Controle e Monitoramento</b>  <b><u>RESOLUÇÃO-RE Nº 498, DE 13 DE FEVEREIRO DE 2015</u></b>  [...]</p> <p><b>Art. 1º</b> Determinar, como medida de interesse sanitário, em todo o território nacional, a suspensão da fabricação do medicamento POLICLAVUMOXIL 250MG/5ML + 62,5MG/5ML PÓ PARA SUSPENSÃO ORAL, pela empresa EMS S.A. em desacordo com as especificações aprovadas no registro do produto.  [...]</p>
<b>Ministério do Trabalho e Emprego (MTE)</b>	<p><b>CONSELHO NACIONAL DE IMIGRAÇÃO (CNIg)</b>  <b><u>RESOLUÇÃO ADMINISTRATIVA Nº 11, DE 11 DE FEVEREIRO DE 2015</u></b>  Estabelece fórum de participação social, como espaço consultivo para sugestões e propostas em temas do Conselho Nacional de Imigração.</p>
<b>Ministério dos Transportes (MT)</b>	<p><b>AGÊNCIA NACIONAL DE TRANSPORTES TERRESTRES (ANTT)</b>  <b><u>RESOLUÇÃO Nº 4.597, DE 11 DE FEVEREIRO DE 2015</u></b>  Institui a Agenda Regulatória no âmbito da Agência Nacional de Transportes Terrestres para o biênio 2015/2016</p>
<b>Tribunal de Contas da União (TCU)</b>	<p><b>PLENÁRIO</b>  <b><u>INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 74, DE 11 DE FEVEREIRO DE 2015</u></b>  Dispõe sobre a fiscalização do Tribunal de Contas da União, com base no art. 3º da <a href="#">Lei n.º 8.443/1992</a>, quanto à organização do processo de</p>

	celebração de acordo de leniência pela administração pública federal, nos termos da <a href="#">Lei 12.846/2013</a> .
<b>Publicação DOE-SP</b>	<b>SÃO PAULO - PODER EXECUTIVO</b>
<b>PUBLICAÇÃO DOE</b>	<b>LEGISLAÇÃO SUPERIOR</b>
<b>21/02/2015</b>	<b><u>DECRETO Nº 61.127, DE 20 DE FEVEREIRO DE 2015</u></b> Autoriza a Casa Civil a, representando o Estado, celebrar convênios com Municípios paulistas, visando à transferência de recursos financeiros para implementação do Programa "Atuação Especial em Municípios"
<b>20/02/2015</b>	<b><u>LEI Nº 15.692, DE 19 DE FEVEREIRO DE 2015</u></b> Autoriza o Poder Executivo a conceder isenção integral do pagamento de tarifa aos estudantes do ensino fundamental, médio e superior nos transportes públicos de passageiros, no âmbito da Secretaria dos Transportes Metropolitanos, na forma que especifica
<b>SECRETARIAS E OUTROS ÓRGÃOS DO ESTADO</b>	<b>MARGINÁLIA ESTADUAL</b>
<b>Desenvolvimento Econômico, Ciência, Tecnologia e Inovação (SDECTI)</b>	<b>CENTRO ESTADUAL DE EDUCAÇÃO TECNOLÓGICA PAULA SOUZA (CEETEPS)</b> <b><u>PORTARIA CONJUNTA G-CEL/CGEB/G-SEDPCD/G-SDECTI, DE 19-02-2015</u></b> [...] REGULAMENTO GERAL DOS JOGOS ESCOLARES DO ESTADO DE SÃO PAULO 2015 [...]
<b>Desenvolvimento Social (SEDS)</b>	<b>CONSELHO ESTADUAL DO IDOSO (CEI)</b> <b><u>DELIBERAÇÃO 005, 12-02-2015</u></b> Dispõe sobre as orientações e mobilização para a realização das <b>Conferências Municipais e Estadual do Idoso</b>
<b>Esporte, Lazer e Juventude (SELJ)</b>	<b>COORDENADORIA DE ESPORTE E LAZER (CEL)</b> <b><u>PORTARIA CONJUNTA G-CEL/CGEB/G-SEDPCD/G-SDECTI, DE 20-02-2015</u></b> [...] REGULAMENTO GERAL DOS JOGOS ESCOLARES DO ESTADO DE SÃO PAULO 2015 [...]

<p><b>Fazenda (SF)</b></p>	<p><b>COORDENAÇÃO DA ADMINISTRAÇÃO FINANCEIRA (CAF)</b>  ↳ <b>Contadoria Geral do Estado (CGA)</b>  ↳ ↳ Centro de Análise Contábil e Informações  <b>GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO</b>  RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL  <u><b>DEMONSTRATIVO CONSOLIDADO DA DESPESA COM PESSOAL</b></u>  ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  JANEIRO A DEZEMBRO DE 2014</p>
<p><b>Justiça e Defesa da Cidadania (SJDC)</b></p>	<p><b>FUNDAÇÃO INST. DE TERRAS DO ESTADO DE SÃO PAULO JOSÉ GOMES DA SILVA (ITESP)</b>  <u><b>PORTARIA DO DIRETOR EXECUTIVO Nº 020/2015, DE 11-2-2015</b></u>  Processo ITESP nº 129/2011  Dispõe sobre medidas para redução e otimização do consumo de água e designação dos <b>Guardiões da Economia</b> nos Grupos Técnicos de Sede e Campo, para o desenvolvimento do Programa de Melhoria do Gasto Público – <b>Desperdício Zero</b>, no âmbito da Fundação ITESP</p>
<p><b>Meio Ambiente (SMA)</b></p>	<p><b>COORDENADORIA DE BIODIVERSIDADE E RECURSOS NATURAIS (CBRN)</b>  <u><b>PORTARIA CBRN-3, DE 11-02-2015</b></u>  Estabelece procedimentos a serem realizados pela Coordenadoria de Biodiversidade e Recursos Naturais - CBRN, em relação aos requerimentos de aprovação da localização de Reserva Legal, considerando a efetiva implantação do Cadastro Ambiental Rural - CAR</p>
<p><b>Planejamento e Gestão (SPG) Antiga SPDR</b></p>	<p><b>DEPARTAMENTO ESTADUAL DE TRÂNSITO (DETRAN)</b>  <u><b>PORTARIA DETRAN-54, DE 18-02-2015</b></u>  Dispõe sobre a celebração de convênios com Municípios do Estado de São Paulo, objetivando a implantação de pátio municipalizado para recolhimento de veículos, além da delegação de competências estaduais previstas no artigo 22 da <a href="#">Lei federal 9.503, de 23-09-1997</a></p> <p><b>UNIDADE CENTRAL DE RECURSOS HUMANOS (UCRH)</b>  <u><b>INSTRUÇÃO UCRH Nº 03, DE 18-2-2015</b></u>  [...]  1. As solicitações de autorização governamental para abertura de concurso público e aproveitamento de remanescentes devem obedecer ao fluxo a seguir:  1.1. Elaboração e entrega à Unidade Central de Recursos Humanos, até 30 de abril de cada ano, da "previsão de pedidos de abertura de concurso público e aproveitamento de remanescentes do ano subsequente" de que trata o artigo 47 do <a href="#">Decreto nº 60.449, de 15 de maio de 2014</a>.  [...]</p>
<p><b>Procuradoria Geral do Estado (PGE)</b></p>	<p><b>GABINETE DO PROCURADOR-GERAL DO ESTADO (GPG)</b>  <u><b>EDITAL DE ABERTURA 02/2015 - 6º PROCESSO DE PROGRESSÃO – 2014/2015 (RETIFICADO)</b></u>  A Diretora do Centro de Recursos Humanos da Procuradoria Geral do</p>

	Estado, torna pública a abertura do 6º PROCESSO DE PROGRESSÃO [...]
<b>Secretaria de Segurança Pública (SSP)</b>	<b>GABINETE DO SECRETÁRIO (GS)</b> <b><u>RESOLUÇÃO SSP-10, DE 18-2-2015</u></b> Disciplina no âmbito da Secretaria da Segurança Pública, a operacionalização da apresentação pessoal do preso em flagrante delito à autoridade judiciária, em decorrência do Termo de Cooperação Técnica firmado pelo Governo do Estado de São Paulo (Projeto piloto de "Audiência de Custódia") e dá outras providências
<b>Universidade de Campinas (UNICAMP)</b>	<b>REITORIA</b> <b><u>RESOLUÇÃO GR-1, DE 20-2-2015</u></b> Estabelece o número de Bolsa Auxílio Social - Ensino Médio/Técnico para o ano de 2015 aos alunos do Colégio Técnico de Campinas e Colégio Técnico de Limeira
<b>Publicação DOE - Legislativo</b>	<b>SÃO PAULO - PODER LEGISLATIVO</b>
<b>21/02/2015</b>	<b>PROJETOS DE LEI</b> <b><u>PROJETO DE LEI Nº 27, DE 2015</u></b> Autoriza o Poder Executivo a conceder isenção integral do pagamento de tarifa aos estudantes, na forma que especifica
<b>20/02/2015</b>	<b>TRIBUNAL DE CONTAS (TCE)</b> <b>COMUNICADO SDG. nº 009/2015</b> O TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE SÃO PAULO REITERA a necessidade de que todas as Prefeituras Municipais jurisdicionadas respondam até o próximo dia 28 de fevereiro, aos quesitos concernentes à construção do Índice de Efetividade da Gestão Municipal, cuja finalidade já foi exaustivamente difundida por esta Corte. Importante ressaltar que o desatendimento a esta orientação causará prejuízos ao interesse público. SDG, 19 de fevereiro de 2015. <b>Sérgio Ciquera Rossi</b> SECRETÁRIO-DIRETOR GERAL <a href="#">DOE, Legislativo, 20/02/2015, p. 11</a>
<b>Publicação DO - Cidade</b>	<b>SÃO PAULO – LEGISLAÇÃO MUNICIPAL</b>
<b>21/02/2015</b>	<b>EDITAIS</b> FINANÇAS E DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANÇAS – DEPARTAMENTO DE FISCALIZAÇÃO <b><u>DEPARTAMENTO DE FISCALIZAÇÃO – DEFIS</u></b>

[...]

**Pelo presente Edital ficam os mesmos intimados a recolher a importância respectiva ou a protocolar defesa escrita na Praça de Atendimento da Secretaria de Finanças e Desenvolvimento Econômico**, situada no Vale do Anhangabaú nº 206, no prazo de 30 dias a contar da presente publicação sob pena de inscrição em dívida ativa sujeita a cobrança executiva.

[...]

Obs.: Caso algum *link* não esteja disponível, consulte o Diário Oficial Eletrônico, por meio do seguinte endereço: [http://www.imprensaoficial.com.br/PortalIO/Home\\_1\\_0.aspx](http://www.imprensaoficial.com.br/PortalIO/Home_1_0.aspx)

**Equipe Responsável pelo Boletim:**

Maria Isa de Aquino Sousa  
[mariaisa@sp.gov.br](mailto:mariaisa@sp.gov.br)

Maria Auxiliadora Evangelista  
[mevangelista@sp.gov.br](mailto:mevangelista@sp.gov.br)

Marcelo Conti  
[mconti@sp.gov.br](mailto:mconti@sp.gov.br)

**Secretaria de Governo do Estado de São Paulo**

Centro de Documentação e Arquivo - CDA

(11) 2193-8107 e 8144

[ccivil@sp.gov.br](mailto:ccivil@sp.gov.br)

Biblioteca

**Cancelamento:**

Caso não haja interesse em continuar recebendo este informativo, favor encaminhar solicitação de cancelamento para [ccivil@sp.gov.br](mailto:ccivil@sp.gov.br) ou pelos telefones 2193-8144 ou 8107